



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI COMPLEMENTAR Nº 830, DE 14 DE MAIO DE 2020.**

*“Altera dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 564, de 29 de dezembro de 2.009, e dá outras providências.”*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEME**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

**Artigo 1º.** Altera o Artigo 76 da Lei Complementar Municipal nº 564, de 29 de dezembro de 2.009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76. Poderá ser concedida licença ao servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de vinte e quatro meses nas seguintes condições:

I - por até 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, prorrogáveis por igual período, mantida a remuneração do servidor; e

II – excedendo o prazo do inciso I, por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3º O início do interstício de 24 (vinte e quatro) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 4º A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 24 (vinte e quatro) meses, observado o disposto no § 3º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2º.

**Artigo 2º.** Altera o Artigo 89 da Lei Complementar Municipal nº 564, de 29 de dezembro de 2.009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 89. Será concedida licença à servidora gestante por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

§ 1º. A concessão da licença gestante será disciplinada:

- I – pela lei que dispõe sobre o regime próprio de previdência, em relação ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo;
- II – pela legislação que dispõe sobre o regime geral de previdência social, em relação ao servidor exclusivamente ocupante de cargo exclusivamente em comissão.

§ 2º. O disposto no “caput” deste artigo aplica-se à servidora adotante.

**Artigo 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Em Leme, 14 de maio de 2020.

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**

**Prefeito do Município de Leme**